

M

Francisco fern

[Signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº. 6

Aos vinte e um dias do mês de Março, do ano de mil novecentos e oitenta e seis, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro em quinta reunião da sessão ordinária de Fevereiro, sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais António dos Santos Costa e José Fernando da Silva Caldeira Betencourt, Primeiro e Segundo Secretários eleitos, respectivamente, e com a presença dos Vogais José Arménio Sequeira Pereira, José Carlos da Silva Neves, Jorge Manuel do Nascimento, Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes, Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, Gilberto Parca Madail, Alberto Augusto Faria dos Santos, Fernando dos Santos Manata, Maria Antónia Corga Vasconcelos Dias Pinho e Melo, Carlos Alberto da Silva Jerónimo, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Tavares Duarte, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Manuel Branco Pontes, Amândio Ferreira Canha Júnior, Artur José Lopes Lobo.

Pelas 21.00 horas o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais Manuel Simões Madail, Libério da Silva Santos e Helder Oliveira dos Santos Filipe.

O Presidente deu nota dos pedidos de justificação de faltas dadas pelos Vogais Gilberto Parca Madail Libério da Silva Santos, António José Valente e Armando Manuel Dinis Vieira, que foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Seguidamente, submeteu à aprovação as seguintes actas:

ACTA Nº. 2 - Aprovada por dezoito votos a favor e duas abstenções.

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Fernando Tavares Marques e António Norberto da Silva Correia.

ACTA Nº. 3 - Aprovada por dezassete votos a favor e cinco

Stein . 2 .
António Santos Costa

abstenções.

Ainda no uso da palavra, o Presidente submeteu à votação o haver ou não Período de Antes da Ordem do Dia, tendo o mesmo sido aprovado por dezassete votos a favor e cinco abstenções.

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano e Manuel Gaspar Fernandes.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: - Tomando a palavra, o Vogal António Santos Costa começou por traçar uma longa panorâmica sobre o processo de expropriações de terrenos em Santiago e referir que, no âmbito da expansão da Universidade, novo processo de expropriação foi iniciado através da Direcção-Geral das Construções Escolares Centro.

Dada a falta de negociações prévias, aquele Vogal, através da apresentação da moção, que se transcreve, deu nota, não só do decorrer do processo, como também das preocupações dos residentes na zona de Santiago.

'MOÇÃO - "Considerando que o povo de Santiago, vive neste momento, o problema de nova expropriação e conseqüentemente mais uma onda de desalojamentos. Considerando, ser dever desta Assembleia, estarmos atentos a tudo o que se passa no nosso concelho e não deixar-mos que as injustiças proliferem, fazendo as nossas vítimas sem que façamos algo com o fim de as impedir. Considerando que é nosso dever defender as nossas gentes, defender as nossas coisas, é nossa obrigação sustentar a justiça e sobretudo a verdade. Considerando que não podemos assistir, impávidos e serenos, à tentativa de um organismo do estado a explorar ou especular outro organismo público ou mesmo terceiros. Citando como exemplo: - Um dos muitos terrenos que foram negociados pelo então F.F.H. por 3700 contos, querendo agora o ex- F.F.H. receber da C.M.A. 22200 c., sem que tivesse gasto qualquer centavo. Considerando que ao mesmo tempo, que tudo isto acontece, o Ministério da Educação, por accção Directa da D.G.C.E.C., força o povo de Santiago a ceder, mais uma dúzia de habitações e talvez umas 40 parcelas de terreno para a expansão da Universidade de Aveiro. Considerando que, segundo sabemos qualquer processo de expropriação judicial, implica necessariamente, uma prévia tentativa de negociação amigável e, sabendo que tudo o que foi feito pelos Técnicos da D.G.C.E.C., não foi mais que um simulacro de negociação amigável. Considerando que os visados de Santiago pensam não haver diálogo por culpa exclusiva da D.G.C.E.C. que, nunca se preocuparam com problemas considerados como vitais, sendo: - Realojamento das pessoas e inquilinos. - Avaliação física das habitações e terrenos. - Problemas dos rendeiros. - Frutos pendentes. - Indemnização por cessação de actividade daqueles que vivem exclusiva-

Freery
3

mente daquelas terras. Considerando que, os visados de Santiago não se opõem à expansão da Universidade mas que, não podem aceitar de modo algum, tratamento tão diferenciado, comparado com o do F.F.H./C.M.A., chegando mesmo a D.G. C.E.C., por terrenos iguais por 300\$00/m², incluindo as culturas existentes, quando o ex-F.F.H. quer, ao mesmo tempo, seis vezes mais aquilo que pagou ao Povo de Santiago em 1977. Considerando tudo isto e o mais que se não disse, solicita-se a esta Assembleia tome posição, ao abrigo do artº. 39 do Decreto-Lei nº. 100/84, de 29 de Março, no capítulo de competências, alínea h), oficiando a Sã. Exã. Sr. Presidente da República, Sã. Exã. Sr. Primeiro Ministro, Sã. Exã. Sr. Ministro da Educação e Sã. Exã. Sr. Presidente da C.M.A., manifestando: a) a nossa preocupação pela forma como está a ser conduzido o processo de nova expropriação de Santiago. b) O nosso repúdio, a todos os processos de exploração ou especulação, sobretudo quando oriundos de organismos pertencentes ao Estado. c) O nosso desejo de que Santiago, chamada de Cidade-Satélite, segundo os autores do projecto, não seja, ou não venha a ser, como tudo pressupõe, a cidade do escândalo. d) O nosso apelo para que sejam corrigidos os métodos utilizados, no sentido em que todo e qualquer cidadão, possa ver no Estado, uma pessoa de BEM que o defenda e nunca, uma AMEAÇA aos seus legítimos direitos. e) O nosso apelo para que seja suspenso de imediato o processo de expropriação via judicial. f) O nosso apelo para que sejam verdadeiramente iniciadas as tentativas de negociação amigável, pois estamos certos de que o Povo de Santiago assim o deseja ".

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Rogério Leitão, António José Valente, Manuel Arede de Jesus, Carlos Vicente Ferreira e Armando Manuel Dinis Vieira.

Seguidamente, tomou a palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, para trocar algumas impressões como Vogal António Santos Costa acerca do problema que explanou.

Entretanto deu entrada na sala o Vogal António Rocha Andrade.

Ainda no uso da palavra, aquela Vogal apelou para que a Câmara tomasse providências junto da EDP no sentido de fosse o acesso ao Centro Integrado de Formação de Professores - CIFOP convenientemente iluminado dada a ausência total daquele equipamento, facto que em nada contribui para a segurança dos utentes daquele acesso.

Considerando, ainda, que a segurança em Aveiro vai diminuindo, alertou a Câmara para a sua falta nomeadamente nos bairros sociais da

F. Heitor *M. Sequeira* 4

Câmara sítos no Cabo Luís e no Griné, situação tanto mais agravada pela falta de infraestruturas, como sejam a falta de iluminação e pavimentação das artérias daqueles bairros, lacunas que ao serem anuladas proporcionarão necessariamente o melhoramento das condições Sociais.

Relativamente aos pavimentos das artérias da cidade e à constante abertura de valas, perguntou se tais obras se devem à eventual remodelação da rede de esgotos e ao alargamento e remodelação da rede de distribuição de água, dado que há já nove anos vem pressionando a Câmara para que sejam efectuadas.

Reportando-se, de imediato, à problemática do trânsito que se processa na Rua do Cabouco, que se vai intensificando, alertou a Câmara para a falta quer de sinalização limitadora de velocidade quer de sinalização adequada à zona, nomeadamente no que diz respeito às regras da prioridade de circulação.

Concluindo a sua intervenção, aquela Vogal solicitou alguns esclarecimentos relativamente ao licenciamento e alinhamento do edifício em construção no interior da Fábrica Aveirense de Moagens.

Tomando a palavra, o Vereador Eng^o. Vitor Silva começou por informar que irão ser feitas diligências no sentido de eliminar a falta de iluminação nos acessos ao CIFOP, se bem que se deva averiguar, previamente, a quem incumbe tal tarefa.

Entretanto deu entrada na sala o Vogal José Luis Cristo.

Mais informou que, quer na Urbanização do Griné quer no Cabo Luís, foram as suas artérias principais pavimentadas, pese embora o facto de se verificar que as condições de conservação do pavimento das ruas do Cabo Luís não são as desejadas, por diversos factores.

Salientou, ainda, que os graves problemas sociais existentes naqueles bairros não serão nada fáceis de solucionar pese embora a atenção que a Câmara vai dedicando aos problemas, procurando a integração social com a colaboração da assistência social prestada por uma funcionária preparada para o efeito.

Relativamente aos problemas de trânsito na Rua do Cabouco salientou que existe sinalização reguladora de velocidade, simplesmente não é respeitada. Em face da situação e da grande afluência de trânsito naquela zona, entende que terão que ser encontradas soluções tendentes a minorar as consequências.

Também no uso da palavra o Vogal Sequeira Pereira, porque

F. Heiney M. Santos 5.

enquanto Vereador acompanhou o processo, informou que o edifício em construção no interior da Fábrica Aveirense de Moagem foi devidamente aprovado quer pela Comissão de Urbanismo quer pela Câmara e posteriormente licenciado.

Tomando de seguida a palavra, o Vogal Carlos Jerônimo manifestou a sua congratulação pelo facto de ter sido votada favoravelmente a existência de um período de antes da ordem do dia prática que, como já referiu anteriormente, deveria ser constantemente assumida, embora tenha consciência de que o período de antes da ordem do dia só surge porque havia interesse próprio da bancada do CDS. Mais referiu que será uma prepotência da maioria desta Assembleia se em ocasiões posteriores não adoptar igual procedimento ao que hoje adoptou, coarctando a possibilidade de intervenção dos que foram eleitos para esta Assembleia, com mais ou menos representatividade.

Solicitou, ainda, esclarecimentos relativamente ao processo inerente ao projecto de encerramento ao trânsito da Rua Combatentes da Grande Guerra.

Concluindo a sua intervenção e reportando-se ao processo da constituição do Conselho Municipal, pretendeu ser esclarecido sobre o que terá determinado a realização de uma reunião conjunta entre as associações culturais e as associações de defesa do património para a designação dos seus representantes ao Conselho Municipal, tendo sido esclarecido que foi já solucionada a questão através de nova convocatória para reuniões distintas daquelas associações.

Sobre a questão colocada acerca do processo de encerramento da Rua dos Combatentes da Grande Guerra, informou o Vereador Eng.º Victor Silva que a Câmara mantém a deliberação tomada, estando contudo o processo pendente da criação de condições propícias para o efeito, nomeadamente o arranjo da artéria e iluminação.

Seguidamente tomou a palavra o Vogal Faria dos Santos para felicitar o Vogal Santos Costa pela sua intervenção, pelo assunto exposto e pelo trabalho exaustivo que fez sobre a evolução do problema, a evolução dos preços e sobre a situação que actualmente se vive com a expropriação dos terrenos de Santiago para a expansão da área universitária. Assim, referiu que pensa a sua bancada que não compete aos cidadãos, através de uma expropriação injusta contribuir para o desenvolvimento das instalações do Estado, já que pensa que o Estado deve cobrar os impostos justamente mas deve também ser um parceiro de bem na negociação com os cidadãos a quem pretende expropriar os seus bens.

Felício M. Silva . 6 .

Assim manifestou o desejo de poder tomar conhecimento do teor da moção apresentada para que após uma meditação profunda, possa a sua bancada decidir sobre a opção de voto. Manifestou também o desejo de que o autor da moção pudesse, proximamente, apresentar um estudo consciencioso e profundo sobre a evolução dos preços que a Câmara tem praticado quer na aquisição quer na alienação de terrenos, para poderem também analisar se há exemplos maus que devem ser tolhidos.

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO Nº. 10 - APRECIÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE AVEIRO PARA O ANO DE 1986 - (Generalidade).

Tomando a palavra, o Vogal Faria dos Santos manifestou o desejo de ouvir do Vereador responsável pelo sector dos Serviços Municipalizados uma introdução ao Plano de Actividades em apreciação por forma a que os Vogais desta Assembleia possam mais facilmente situar na especialidade as acções que estão expostas e que se pretendem executar.

Assim, tomou a palavra o Vereador Eng^o. Vitor Silva para salientar que o Plano de Actividades dos Serviços Municipalizados do ano transacto foi, de uma forma geral, cumprido.

Salientou, de seguida, a aquisição de dois autocarros articulados para melhorar essencialmente a qualidade dos transportes colectivos.

Deu, ainda, nota dos objectivos que se pretendem conseguir na área dos Serviços de Águas com a montagem do equipamento electromecânico do Silval e o alargamento da rede de águas à zona norte do Concelho apoiada na montagem dos depósitos elevados em Cacia. Destacou também a continuação do projecto de remodelação da rede de distribuição de água da cidade, projecto que vai sendo executado por diversas fases, estando actualmente em curso aquela obra.

Dadas as dificuldades de abastecimento de água ao Concelho, destacou o projecto para abertura de um novo furo e montagem do respectivo equipamento electromecânico, bem como deu nota das diversas acções inseridas na Plano.

Na área do saneamento realçou, de entre as obras em curso, o início do funcionamento do sistema de elevação dos esgotos do n.º sul que terá capacidade para recolher os esgotos da zona de S. Bernardo, de Aradas bem como dos esgotos do Matadouro após receberem o pré-tratamento.

Realçou a necessidade de se concretizar o sistema de cap

Faria dos Santos *M. Silva* 17

tação e elevação de esgotos do Cojo, por forma a poder receber os esgotos da Forca-Vouga e de Sã-Barrocas enquanto se não concretizar o projecto do sistema de esgotos de Esgueira, nomeadamente quanto às condutas e à estação de tratamento. Realçou também a afectação de uma verba de 20 mil contos para ampliação da ETAR de Santiavo cujo valor global do investimento está calculado em cerca de 110 mil contos, facto que determina a sua execução por fases.

Na área dos transportes colectivos deu nota do aumento da capacidade de oferta e qualidade, destacando a filosofia da implementação dos transportes escolares com especial incidência na área dos Ciclos Preparatórios.

De novo no uso da palavra, o Vogal Faria dos Santos salientou que a intervenção do Vereador Eng^o. Vitor Silva teve um cariz mais de especialidade do que propriamente de generalidade. Contudo, pensa que teria muito interesse que na apresentação genérica do Plano fossem esquematizadas as prioridades de cada capítulo, para que, na apreciação do documento na especialidade, fosse mais fácil visionar a amplitude dos projectos a executar.

Porque ressaltam dúvidas quanto à localização das projectadas oficinas-auto pretendeu ser esclarecido sobre a questão.

De imediato, tomou a palavra o Vereador Eng^o. Vitor Silva para salientar a urgência que existe na mudança das instalações dos Serviços Municipalizados, nomeadamente porque as actuais já não têm capacidade de resposta. Assim está já executado o respectivo projecto das oficinas e que será executado junto da Central de Camionagem, para o que apenas resta adquirir uma pequena parcela de terreno dado que a restante área necessária é já propriedade da Câmara.

No seguimento dos esclarecimentos solicitados e no âmbito da implementação das infraestruturas para a citada área, o Vogal Faria dos Santos perguntou se está prevista a execução de passagens inferiores para peões no sentido de anular a barreira constituída pela Estação da C.P..

Também no uso da palavra, o Presidente da Câmara começou por fazer referência ao Plano de Urbanização para a zona Central da Cidade que implica a demolição das instalações dos Serviços Municipalizados, cujas obras já se iniciaram, pelo que urge transferir as oficinas e os próprios Serviços Administrativos para nova zona, medidas que possibilitarão não só o desenvolvimento do acesso Central como o desenvolvimento do Plano de Urbanização e a inserção dos referidos Serviços Administrativos numa zona mais adequada às solicitações dos munícipes.

Sequeira *M. Silva*

Analisando concretamente a questão colocada quanto às infraestruturas, referiu que a passagem para peões deverá ser executada para apoio e acesso à Central de Camionagem e não propriamente às oficinas dos transportes colectivos. Assim e porque não faria sentido a existência da Central de Camionagem se não houver uma articulação dos operadores ferroviários com os operadores rodoviários, deu nota de que tem havido diversas reuniões no sentido de estudar o problema. Mais informou que a C.P. tem já executado um estudo prévio para a obra, tendo a Câmara contactado a C.P. no sentido de serem afectadas verbas para a sua concretização que se defende seja executada pela C.P. e não pela Câmara, tanto mais que tem a Câmara assumido a execução de diversas obras na área das linhas do caminho de ferro e aquela situa-se exactamente na zona da Estação o que significa a existência de inúmeros problemas.

Encerrado o debate na generalidade, foi o Plano de Actividades dos Serviços Municipalizados aprovado por vinte e nove votos a favor e duas abstenções.

Seguidamente, iniciou-se o debate na ESPECIALIDADE.

CAPÍTULO I - SERVIÇO DE ÁGUAS.

Tomando a palavra, o Vogal Sequeira Pereira começou por chamar a atenção para a realidade concreta da falta de água e sugerir que fosse retomado o projecto do Carvoeiro, pois que, se porventura não se concretizar a abertura do novo furo e a montagem do equipamento electromecânico, cuja verba orçada é insuficiente, haverá problemas de falta de água já no próximo Verão, pelo que entende que a Câmara deverá promover o reforço daquelas verbas. Saliu porém que, não será por falta de projectos que o Município de Aveiro não colherá benefícios dos Fundos Comunitários pois que, em devido tempo, foram presentes projectos para dar solução ao abastecimento de água, solução que, sem verbas, se torna difícil.

Sobre as considerações tecidas, o Vereador Eng^o. Vitor Silva informou que se têm vindo a realizar algumas reuniões com as Câmaras Municipais da Murtosa, Estarreja, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Ilhavo e Águeda no sentido de ser criada uma associação para dar continuidade ao projecto do Carvoeiro, cujo valor para execução está calculado em cerca de um milhão de contos, facto que determina a sua inter-municipalidade que, naturalmente ao ser executado, trará as soluções ideais para os problemas de falta de água e para a probabilidade de virem a ser afectadas pela salinidade as reservas de água existentes.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal Carlos Jerónimo

Ferreira M. Mendes

para se reportar ao sistema de abastecimento do Silval e referir que já cansa ver tal tema ser inserido no Plano de Actividades, por desde há vários anos se verificar o constante adiamento da montagem do equipamento electromecânico e consequente funcionamento do sistema. Assim formulou votos para que seja efectivamente este ano da concretização do empreendimento. No âmbito da execução de obras novas solicitou esclarecimentos relativamente ao facto de não haver qualquer referência sobre o abastecimento de água às Freguesias de Santa Joana e S. Bernardo, programas que constavam do Plano do ano transacto se bem que com verbas insuficientes para os fins projectados.

Reportando-se ao problema da falta de água e ao projecto de remodelação da rede da cidade, aquele Vogal começou por lamentar que tanta água se desperdice por força das constantes ruturas das condutas de água da cidade. Reconhecendo embora que aquela obra envolve grandes verbas, solicitou esclarecimentos pormenorizados acerca do que já foi realizado e do que está previsto realizar, se bem que seja fácil verificar que se a verba orçada não permitir grandes obras será pelo menos intenção fazer o possível, e o que for considerado prioritário. Face ao que referiu, considera que as dúvidas são colocadas pelo facto anteriormente salientado de não ser possível, sem uma introdução, aos membros desta Assembleia constatarem facilmente quais as prioridades do Plano para cada ano, tanto mais que variadíssimas obras, consideradas prioridades, se mantêm nos Planos durante anos e acabam por não serem executadas.

Concluindo, manifestou a sua discordância pela inclusão no plano de rubricas referentes a aquisição de materiais, por não ser propriamente uma actividade mas sim uma rubrica de orçamento.

Também no uso da palavra, o Vogal Faria dos Santos assinalou que se mantêm no Plano de Actividades dos Serviços Municipalizados o mesmo esquema adoptado quanto ao Plano de Actividades da Câmara, pois que se faz a inscrição de verbas insuficientes para depois se aguardar o seu reforço, difícilmente conseguido. A reforçar a sua afirmação está o alerta feito pelo Vogal Sequeira Pereira quando se reportou aos problemas da falta de água e ao projecto para a abertura de um novo e indispensável furo cujas verbas definidas são claramente insuficientes e que naturalmente terão que vir a ser reforçadas. Mais considerou que tal metodologia implicará o sacrifício de outros projectos considerados prioritários mas que, face à necessidade de se proceder ao reforço de outros projectos através da transferência de verbas serão irrealizáveis no decorrer do ano presente.

Handwritten signatures and the number 10.

Ainda no uso da palavra, aquele Vogal, considerando que ^{existem} alguns projectos com verbas definidas para aplicação durante o ano em curso e com a indicação do seu valor global, solicitou esclarecimentos relativamente ao valor global para a remodelação da rede de águas da cidade.

Seguidamente, tomou a palavra o Vereador Eng^o. Vitor Silva para prestar os esclarecimentos solicitados, começando por informar que, quer em S. Bernardo quer em Santa Joana, está já concluída a obra de colocação das condutas de água e que a remodelação da rede da cidade insidirá no ano corrente nas zonas do Rossio à Praça do Peixe e na Rua do Canal de S. Roque até à Rua da Granja, prevendo-se, ainda, o início da remodelação da rede da Avenida Dr. Lourenço Peixinho que se pretende venha a coincidir com a reconversão do trânsito.

No concernente ao reforço de verbas adiantou que terá a Câmara de proceder à transferência de verbas para os Serviços Municipalizados, pois que a sua exploração é naturalmente deficitária, situação um pouco mais agravada pelo facto de não ter o Governo concedido quaisquer indemnizações compensatórias por força da existência de transportes colectivos bem assim pelo facto de, por não terem os Serviços Municipalizados procedido à actualização das tarifas de água no ano transacto, se ter deixado de arrecadar uma receita estimada em 40 mil contos.

Em complemento aos esclarecimentos prestados o Presidente da Câmara salientou que a Câmara tem feito grandes investimentos na área do abastecimento de água ao concelho e não o tem conseguido rentabilizar porque os municípes não colaboram dado que uma grande percentagem não requer as ligações dos ramais domiciliários e embora a lei permita às Câmaras ^{cobrar} os consumos mínimos a Câmara de Aveiro não tem sido rigorosa na sua aplicação. Salientou ainda, que outro dos factores que contribuiu para a não rentabilização do investimento foi o facto de no ano transacto não ter sido feita a actualização das tarifas de água.

No que se refere à remodelação da rede de águas da cidade esclareceu que as verbas atribuídas são insuficientes mas terão apoio através da rubrica inserida no Plano " aquisição de materiais ".

Reportando-se à problemática da falta de água, entende que, não sendo uma situação dramática, é concerteza uma grande preocupação a que a Câmara está atenta, tendo por isso apresentado um projecto de captação no rio Vouga, projecto que contudo veio a ser preterido em benefício de outros projectos a desenvolver no interior do País. Mais esclareceu que o Distrito de Aveiro não beneficiará dos fundos dos FEDER em 1986, facto que tem a ver com a

Therese M. ...

inversão que hoje se está a verificar em Portugal favorecendo a interioridade ã consta da litoralidade que tem situações tão gravosas como a interioridade, nomeadamente em sectores fundamentais como seja o saneamento básico e abastecimento de água.

Seguidamente, tomou a palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo para se associar às preocupações manifestadas quanto ao perigo de se poderem vir a esgotar os recursos naturais de água do Concelho, situação que se poderá agravar se não se fizerem estudos prévios e aturados para a abertura de novos furos de captação de água. Quanto ao facto de não serem concedidos quaisquer financiamentos ao Concelho de Ageiro dos Fundos FEDER considera que tal facto acontece só porque ^{não} foram entregues estudos e projectos suficientemente bons para merecerem o financiamento, tendo o Presidente da Câmara informado que foram entregues projectos no valor de um milhão de contos.

Ainda no uso da palavra, aquela Vogal perguntou se existe algum estudo sobre a potabilidade da água do Vouga na zona do Carvoeiro, dado que se tem afirmado haver poluição naquela zona e se pretende, através de uma Associação de Municípios, reactivar o chamado "Projecto do Carvoeiro", pretendendo saber a quantas Freguesias do Concelho vai ser alargada a rede de abastecimento de água. Referiu também e a propósito da não rentabilização dos investimentos efectuados no sector de abastecimento de água às freguesias rurais do Concelho que existe legislação que obriga os municípes a requisitar os condutores e a ligação dos ramais domiciliários.

Também no uso da palavra, o Vogal Rocha Andrade começou por se associar às criticas efectuadas sobre a elaboração do Plano de Actividades dado que também considera que o documento em análise não é mais do que uma simples listagem de obras, ao que falta, como sempre, uma nota sobre a sua panorâmica geral que não só servirá de base à sua pormenorizada elaboração como também conseguirá informar detalhadamente o ponto da situação de cada área de incidência e suas prioridades, nomeadamente qual é a prioridade na área da cidade.

Ainda no uso da palavra aquele Vogal teceu algumas considerações inerentes à qualidade da água distribuída no Concelho que, salientou, seria tema para o ex-Vogal desta Assembleia, Dr. Almeida e Silva, usar dos seus conhecimentos técnicos e, na defesa dos interesses dos municípes, demonstrar a sua má qualidade.

Concluindo a sua intervenção e reportando-se aos factores que dificultaram a actualização das tarifas de água e ao facto salientado da não rentabilização dos investimentos feitos na área do abastecimento de água

Ther... . 12
M...

formulou votos para que venham as medidas necessárias a ser implementadas e conseguidos os objectivos desejados se bem que deva, em seu entender, haver moderação nas novas tarifas de água sob tema de contribuição para o aumento dos valores da inflação.

De imediato, tomou a palavra o Vogal Manuel Gaspar Fernandes para manifestar a sua congratulação pela vontade manifestada em solucionar o problema do abastecimento de água à urbanização de Azurva pois que, pese embora a Câmara não possa ser totalmente responsabilizada, não se poderá dissociar da questão pelo facto de permitir que sejam criadas novas zonas urbanizadas e não imponha o cumprimento das normas legais quanto à implementação das infraestruturas indispensáveis.

Reportando-se à problemática do abastecimento de água e às considerações tecidas sobre a falta de adesão dos munícipes aos investimentos feitos, considera que há algo de errado no que diz respeito ao aproveitamento do abastecimento de água na Póvoa do Valado porque na Freguesia de que é Presidente a adesão é bastante acentuada e não existem os problemas de inquinação das águas como naquele lugar reforçando, portanto, a sua teoria de que o estudo não foi correctamente elaborado e algo de errado se passa. Ainda nesta área alertou os Serviços Municipalizados para a necessidade que existe em que sejam corrigidas as anomalias verificadas na pressão da água e que seja feito o estudo para o abastecimento de água na área entre Oliveirinha e Eixo.

De novo no uso da palavra, o Verador Eng.º Vitor Silva começou por informar que os furos de captação de água sempre têm sido precedidos dos indispensáveis estudos efectuados por técnicos especialistas do Saneamento Básico, acompanhados por técnicos especialistas das Universidades de Coimbra e Aveiro, informando também que o abastecimento de água apenas não é feito à freguesia de Nariz, Mataduços na freguesia de Esgueira e parte da freguesia de Cacia.

Quanto à questão do abastecimento de água ao Lugar da Póvoa do Valado, começou por repudiar as considerações tecidas pelo Vogal Gaspar Fernandes dado que são do conhecimento público as carências de água potável naquela zona facto que determinou a execução urgente daquela obra, se bem que o seu aproveitamento não esteja a ser totalmente utilizado pela população ali residente inão estando, portanto, a serem cumpridas as disposições legais vigentes sobre a matéria.

Mais esclareceu que com a entrada em pleno funcionamento do sistema de abastecimento de água de Oliveirinha serão solucionados os

problemas da falta de pressão na Freguesia de Eixo.

Seguidamente, tomou a palavra o Presidente da Câmara para contestar as afirmações feitas quanto à má qualidade da água fornecida pelos Serviços Municipalizados, considerando, portanto, ter sido apenas um fantasma que se agitou porquanto são feitas mensalmente recolhas de água em diversas zonas e devidamente analisada a água.

Relativamente à problemática das prioridades deu nota de que o abastecimento de água ao Concelho obedece ao estudo prévio elaborado pela Sanãcua. Contudo nem sempre é possível cumprir o calendário estabelecido por força das situações de emergência que vão surgindo e que urge solucionar, dando como exemplo o grave problema por que passou a povoação da Póvoa do Valado.

Encerrado o período de discussão do Capítulo I - Serviço de Águas, na especialidade, o Presidente submeteu-o à votação tendo merecido aprovação por vinte e um votos a favor e dez abstenções.

O Vogal Gilberto Madail fez a seguinte declaração de voto: " Abstive-me não pelo tema concreto das águas que se estão aqui a discutir mas porque de facto para se encarar uma política de águas a sério tem que passar por alguns exemplos práticos, e nesta Assembleia, quando nós pertencemos a um distrito tão rico de águas, como a água do Cruzeiro, do Luso e Serrana, temos de beber água do Fastio da Serra do Gerês. Portanto, esta foi a razão concreta pela qual me abstive ".

Também no uso da palavra, o Vogal Carlos Jerônimo fez a seguinte declaração de voto: " A minha declaração de voto é para justificar o facto de me ter abtido neste sector das águas, por considerar insuficientemente explícita a inumeração de obras que aqui é feita e insuficientemente dotada também para dar credibilidade quanto às opções e às prioridades que os Serviços Municipalizados estabelecem para o ano de 1986 ".

CAPÍTULO II - SANEAMENTO.

Aberto o período de discussão, tomou a palavra o Vogal Sequeira Pereira para referir que, na realidade, as obras de saneamento são muito onerosas, pois que para se proceder à remodelação da estação de tratamento existente, que não está a funcionar bem, são necessários cento e dez mil contos e para se construir uma nova são necessários cento e quarenta mil contos, e torna-se imperioso que tais obras sejam efectivamente executadas, para que na realidade consigamos ter o saneamento mínimo indispensável e que consigamos recuperar a ria para a produção de peixe.

Ther... *M...* 14 *...*

Contudo, salientou que para se executarem tais obras é necessário que haja meios financeiros de que a Câmara não dispõe dado o seu volume, e apesar de terem sido presentes vários projectos para financiamento dos fundos FEDER, o concelho e distrito de Aveiro não beneficiaram nem beneficiarão de quaisquer subsídios no ano corrente, contrariamente ao que se verifica no Algarve já que para a execução do saneamento daquela zona foram mobilizados dois milhões de contos, lamentando, assim que o poder político do distrito de Aveiro não seja suficientemente forte para reclamar para a sua zona os melhoramentos de que a população tanto carece, quer na área do saneamento básico quer na área do abastecimento de águas para o que existe o Projecto do Carvoeiro e que cuja execução está orçada em cerca de dois milhões de contos.

Entretanto, deu entrada na sala o Vogal Joaquim Mendonça.

Também no uso da palavra, o Vogal Carlos Jerónimo, a propósito do projecto de mudança de posição do compressor do Alboi e sua insonorização, perguntou se não está prevista a adopção de idênticas medidas quanto a igual equipamento montado junto da Praça do Peixe e Cais de S. Roque, dado que apresentam diversas deficiências que urge reparar. Perguntou, ainda, se o projecto da ETAR de Cacia já existe, dado que em 1985 já constava do Plano com com uma verba de 500 contos e agora apenas 100 contos, perguntando se realmente o projecto está a avançar.

Concluindo a sua intervenção aquele Vogal manifestou a sua surpresa por nada constar no Plano quanto ao saneamento nas freguesias rurais do Concelho, nomeadamente naquelas em que a situação é deveras grave pela poluição criada. Assim perguntou se não poderão ser tomadas medidas de urgência em casos pontuais como têm sido tomadas relativamente ao abastecimento de água, para obviar aos inconvenientes que existem em algumas zonas rurais do Concelho.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal Jorge Nascimento para tecer algumas considerações relativas às críticas que têm sido formuladas no que concerne à falta de definição das prioridades do Plano e manifestar a sua discordância porquanto entende que tudo o que consta do Plano são as prioridades que a Câmara e Serviços Municipalizados definiram como tal, salientando que a execução de um inventário sobre o ponto da situação será mais actividade para o Relatório do que propriamente para o Plano, que não é propriamente ambicioso mas que conta com as limitações financeiras existentes e patentes no Orçamento.

Reportando-se de seguida ao sistema de elevação de esgotos do n.º sul, perguntou se está prevista a ligação dos esgotos do Matadouro a qualquer conduta municipal, porque a situação criada pelo despejo dos dejetos daquele estabelecimento a céu aberto é insustentável pelo que urge tomar medidas junto das competentes entidades no sentido de dar solução ao grave problema.

De imediato, usou da palavra o Vogal Norberto Correia para perguntar qual a percentagem dos esgotos que ainda afluem para os canais e se o sistema da recolha de esgotos ainda é congestionado pela recepção das águas pluviais. Mais perguntou que zonas da cidade irão ser servidas pelo sistema de captação e elevação dos esgotos do Cojo, e se porventura já existe projecto para a ETAR de Esgueira dada a importância de que se reveste tal equipamento para a freguesia de Santa Joana, porque é visível a degradação em que se encontra o seu meio ambiente. Dadas as perspectivas negativas para dar solução ao problema geral de saneamento do Concelho a curto prazo, perguntou que projecto alternativo para Santa Joana e se está no espírito da Câmara encarar a solução daquele problema.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal Gilberto Madail para tecer algumas considerações sobre a problemática do Saneamento, salientando quão difícil se torna a qualquer autarquia encontrar soluções ideais para tais problemas dado que envolvem verbas demasiado elevadas pelo que, relativamente aos casos que existem quer no concelho quer no distrito de Aveiro, não considera que seja um problema político individual mas sim um problema de força local, pese embora a circunstância de se saber que o distrito de Aveiro não tem tido de facto força política ao nível nacional, que tem que ser encontrada no conjunto das pessoas e não isoladamente.

Assim e na sua perspectiva pensa que a Câmara de Aveiro deveria assumir uma posição motora relativamente aos problemas em foco, não só através da Associação Nacional de Municípios, fazendo com que o Governo entenda que o Concelho de Aveiro, particularmente, e todo o seu distrito, têm estas carências que, até por força da riqueza que gera, exigem soluções imediatas, sendo certo também que estas situações têm que ser colectiva e convictamente denunciadas.

Também no uso da palavra, o Vogal Faria dos Santos começou por referir que o tema em debate revela realmente a falta de meios de que a Câmara dispõe para a solução dos grandes problemas, pois que se está a discutir um Plano que envolve cerca de oitenta mil contos para dar solução aos problemas de água, saneamento e transportes. Todavia, no seguimento das inter-

venções dos Vogais Sequeira Pereira e Gilberto Madail, perguntou onde se poderá encontrar peso político se dos deputados da Assembleia da República eleitos pelo distrito de Aveiro apenas um é residente na área que o elegeu.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara começou por informar que a solução do problema dos esgotos do Matadouro compete à Junta Nacional dos Produtos Pecuários, devendo portanto colocar em funcionamento a estação de pré-tratamento já existente, pois que, por força do encerramento dos matadouros de Ílhavo, Oliveira do Bairro, Estarreja, entre outros, o volume de serviço aumentou consideravelmente e, como seria de esperar, o caudal de esgotos aumentou igualmente. Manifestou, ainda, a sua surpresa por não ter havido polémica em torno do problema, estando todavia certo de que se aquele estabelecimento pertencesse à Câmara Municipal não faltariam os comentários e críticas severas pelo aspecto criado, se bem que a Câmara já tenha manifestado as suas preocupações junta da JNPP.

Ainda no uso da palavra, saudou as palavras proferidas pelo Vogal Sequeira Pereira bem como se associou às considerações tecidas pelos Vogais Faria dos Santos e Gilberto Madail, pois se é certo que no contexto da economia nacional o Algarve tem o seu peso também não é menos certo que, no mesmo contexto, o distrito de Aveiro é tão ou mais importante dadas as suas características industriais.

Num breve apontamento, o Vogal Faria dos Santos deu nota de que a Junta Autónoma do Porto de Aveiro decidiu fazer a revisão dos alvarás que são concedidos às indústrias que descarregam os esgotos na sua área de jurisdição, estando para o efeito em contacto com a Universidade de Aveiro para que os termos dos alvarás sejam conducentes se não à eliminação total pelo menos progressiva dos malefícios que advêm dos esgotos lançados na ria. Acrescentou ainda que para os próximos três anos o Estado e a Comunidade canalizarão, para cerca de duzentos projectos de aquacultura perto de um milhão de contos, dos quais cento e setenta e seis serão no Algarve, cinquenta e quatro no Tejo e dez no Mondego o que equivale por dizer que durante os próximos três anos a defesa da ria de Aveiro não será apoiada, o que é deveras grave pois que nos apercebemos do desvio de fundos sempre no mesmo sentido.

Também no uso da palavra, o Vereador Eng.º Vitor Silva deu nota de que irão ser tomadas medidas tendentes a corrigir o mau funcionamento das estações elevatórias referidas pelo Vogal Carlos Jerónimo. Mais referiu que, havendo serviços próprios para proceder ao escoamento das fossas, não é justificável que os municípes façam o despejo dos esgotos para as valetas.

Handwritten signatures and the number 17 in the top right corner.

Porém, apesar da gravidade da situação em algumas freguesias, a solução do problema do saneamento é deveras difícil dados os elevados encargos financeiros necessários para o efeito, se bem que estejam a ser encarados os casos mais graves, nomeadamente o caso da Freguesia de Santa Joana.

Entretanto, abandonou a sala o Vogal José Luis Cristo.

Relativamente aos esgotos que ainda afluem para os canais da ria salientou que haverá ainda cerca de 10 a 15%, situação que será deveras difícil de corrigir dada a grande quantidade de ligações clandestinas que muito dificilmente serão detectadas. Esclareceu, ainda que o sistema de captação e elevação de esgotos do Cojo servirá parte do saneamento da Avenida e da zona baixa da cidade bem como servirá numa primeira fase e até que a ETAR de Esgueira, cujo projecto será executado no corrente ano, esteja pronta, para elevar os esgotos de Sã-Barrocas e Forca-Vouga para a actual estação de tratamentos.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal Armando Vieira para lamentar que as freguesias rurais e nomeadamente a de Oliveirinha sejam absolutamente esquecidas e não vejam os problemas do saneamento serem tratados no Plano de Actividades. No que concerne à problemática do despejo dos esgotos para as valetas das artérias, deu nota da luta que as Juntas de Freguesia travam no sentido de impedir tais práticas. Contudo, referiu que os Serviços de Fiscalização da Câmara são absolutamente inoperantes naquela matéria, o que se lamenta pois que, se houvesse maior acção fiscalizadora, os problemas seriam forçosamente atenuados.

De novo no uso da palavra, o Vogal Norberto Correia manifestou o desejo de ser informado acerca dos projectos alternativos para solucionar a questão do saneamento na Freguesia de Santa Joana pois que, dada a dificuldade de poder ser dada solução definitiva durante os próximos dez anos e dada a sua explosão demográfica, entende ser extremamente necessário encontrar soluções antes que o problema se agudize muito mais do que já está.

Sobre as questões colocadas, o Vereador Eng^o. Vitor Silva deu nota de que serão tomadas providências no sentido de ser exercida uma maior acção fiscalizadora sobre o problema do despejo dos esgotos para a via pública, tendo o Vogal Sequeira Pereira adiantado que a solução do problema passa por uma acção mentalizadora junto das populações, se bem que também se possa exercer a referida acção fiscalizadora.

Relativamente ao problema de soluções alternativas para a questão do saneamento na Freguesia de Santa Joana, referiu que será conse-

Filipe M. Silva . 18

lhável adoptar-se uma solução definitiva. Contudo e dada a falta de meios financeiros não será nada fácil encontrar soluções imediatas se bem que haja vontade de o fazer.

Encerrado o debate na especialidade do Capítulo II - Serviço de Saneamento, foi o mesmo submetido à votação tendo merecido aprovação por vinte e dois votos a favor e nove abstenções.

O Vogal Gilberto Madail fez a seguinte declaração de voto: " A bancada do Partido Socialista votou a favor porque reconhece de facto que os problemas do Saneamento não são problemas cujas soluções globais estejam nas mãos dos municípios, nomeadamente no que se refere ao aspecto dos meios financeiros é extremamente ^{difícil} a qualquer município poder resolver os seus problemas de saneamento, razão pela qual votámos a favor ".

Também usou da palavra o Vogal Faria dos Santos para fazer a seguinte declaração de voto: " O nosso voto de abstenção foi fundamentalmente por, muito embora reconheçamos o interesse de alguns objectivos aqui expressos, verificarmos que as verbas e os meios financeiros disponíveis não são de modo nenhum capazes de satisfazer a solução desses problemas".

CAPÍTULO III - SERVIÇO DE TRANSPORTES COLECTIVOS.

Aberto o período de discussão, tomou a palavra o Vogal Armando Vieira para salientar que se tem verificado que as carreiras de transportes colectivos mais vocacionadas para o transporte dos alunos das diversas escolas, nomeadamente na área da cidade, servem satisfatoriamente os fins em vista. Porém, relativamente às carreiras que servem os alunos residentes nas freguesias rurais (concretamente Oliveirinha), lamentou que já não se registre igual procedimento. Assim solicitou que sejam tomadas providências no sentido de se colmatarem aquelas anomalias, nomeadamente no que respeita ao transporte dos alunos até ao local mais próximo dos diferentes estabelecimentos escolares.

Também no uso da palavra, o Vogal Carlos Jerônimo começou por se congratular pelo êxito conseguido quanto à aquisição dos dois autocarros articulados, dadas as boas referências que tem registado.

Relativamente ao problema das paragens, abrigos e informação entende que os Serviços Municipalizados têm mesmo que fazer uma grande esforço no sentido de dotar os abrigos com informações adequadas pois que, quer os visitantes da cidade quer os utentes menos habituais encontram sérias dificuldades na obtenção da informação que sirva os seus desejos e necessidades.

Fully M. Silva . 19.

No âmbito da implementação de abrigos dentro da área da cidade, realçou a preocupação expressa no Plano quanto aos critérios urbanísticos dos citados abrigos, na medida em que alguns abrigos podem não se coadunar com o enquadramento dos locais onde vão ser implantados, realçando todavia a atenção que deverá haver na implantação de abrigos no largo da Estação dada a sensibilidade do património constituído pelo edifício da Estação da C.P.

Concluindo, manifestou a sua preocupação quanto à necessidade da implementação de novos abrigos nas paragens existentes nas Ruas Batalhão Caçadores 10, Gustavo Ferreira Pinto Basto e na Avenida Dr. Lourenço Peixinho junto do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, por serem zonas de grande concentração de utentes dos transportes colectivos.

Entretanto, abandonou a sala o Vogal Fernando Tavares Marques.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal Rocha Andrade para perguntar se foi ou não considerada a possibilidade de utilização de autocarros de menor capacidade nos períodos nocturnos, já que a manutenção daquelas carreiras se torna imperiosa para as comodidades e possibilidades de utilização dos municípes, medidas que a serem consideradas reduziriam os gastos de manutenção e consumo.

Dado que se prevê o encerramento ao trânsito da Rua Combatentes da Grande Guerra, perguntou se há já algum estudo para o percurso alternativo dos autocarros, reforçando a preocupação manifestada quanto à necessidade da implantação de um abrigo na Rua Batalhão Caçadores 10 ou eventualmente em zona a definir.

Finalmente chamou a atenção para a necessidade de ser criado um sistema integrado de transportes em que participariam naturalmente os Serviços Municipalizados e os operadores que têm a ser cargo o transporte de passageiros no Concelho de Ílhavo e na zona da Gafanha perguntando, assim, se foi já efectuado qualquer estudo que viabilize aquele projecto.

Também no uso da palavra, o Vogal Gaspar Fernandes chamou a atenção para a necessidade de serem implantados abrigos nos percursos rurais dos transportes colectivos dadas as enormes carências de tal equipamento, bem como alertou para a necessidade de serem tomadas providências no sentido de uma maior e melhor coordenação de horários das carreiras que circulam entre Eixo e Oliveirinha.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal Gilberto Madail

Felipe M. Silva . 28 .

para se reportar à problemática do transportes e lamentou que, quer no Plano de Actividades da Câmara quer no dos Serviços, não se faça a menor referência ao problema dos transportes para a população da Freguesia de S. Jacinto, problema que deverá ser devidamente encarado pelas entidades competentes, sob pena de se poder agravar cada vez mais. Assim sugeriu à Câmara Municipal que fossem encetadas diligências junto da Secretaria de Estado dos Transportes para, com o apoio da Junta Autónoma do Porto de Aveiro e a Câmara Municipal de Ilhavo como participante no projecto, se encontrarem formas de apoios nomeadamente através da cedência de barcos que possibilitassem melhores condições de acesso à cidade dos cidadãos residentes naquela Freguesia.

No seguimento das considerações tecidas, o Vogal Faria dos Santos salientou que, apesar de não ter qualquer vocação para os transportes, a JAPA inseriu no seu orçamento uma verba de 20 mil contos para a aquisição de um barco que colocará ao serviço da empresa que arcar com a responsabilidade dos transportes para facilitar as ligações fluviais entre S. Jacinto e a cidade, tentando assim colaborar na solução do problema.

De novo no uso da palavra, o Vereador Eng^o. Vitor Silva salientou que está em fase de estudo a implementação de um passe que sirva, simultaneamente, os transportes colectivos dos Serviços Municipalizados, da Auto-Viação Aveirense e das lanchas dos Estaleiros, medidas que trarão benefícios sensíveis, nomeadamente às camadas estudantis, para as quais também vão ser implementadas carreiras específicas como forma de melhorar a qualidade das carreiras. Quanto à utilização de viaturas de menor dimensão nos períodos nocturnos salientou que, após algumas estatísticas efectuadas, se concluiu não justificar o investimento.

Deu, ainda, nota de que existe um Gabinete de Desing que promoverá os estudos necessários para que os abrigos a executar e implantar se enquadrem no mobiliário urbano existente. Mais informou que existe um acordo com a Rodoviária Nacional no sentido da colocação de abrigos fora do perímetro urbano do Concelho, acordo que nem sempre funciona e que já tem obrigado os Serviços Municipalizados a substituir aquela empresa.

Encerrado o debate na especialidade, foi o Capítulo III-Serviço de Transportes Colectivos submetido à votação tendo merecido aprovação por vinte e nove votos a favor e uma abstenção.

O Vogal Carlos Jerónimo fez a seguinte declaração de voto: "Votei favoravelmente porque penso que se tem feito um esforço substancial no capítulo dos transportes. Aproveitando esta declaração de voto queria dizer

Handwritten signatures and initials in blue ink.

que é forçoso que se ganhe consciência da necessidade de implementar a força política que Aveiro tem que ter no contexto nacional, e se estou de acordo com as intervenções anteriormente feitas sobre este aspecto queria acrescentar mais um pormenor de que não serão só as Câmaras e as Associações de Municípios a originar esse movimento reivindicativo da atenção que Aveiro merece, pois penso que é indispensável mobilizar as populações (neste caso concreto a população de Aveiro) para ganhar consciência disso e apoiar as diligências que venham a ser feitas nesse sentido. Penso que é inadiável tomar uma posição sobre o problema pois não podemos continuar a permitir a marginalização do nosso distrito e, nesta caso concreto, do nosso Concelho ".

O Vogal Gilberto Madail fez a seguinte declaração de voto: " A minha abstenção é justificada por não constar quaisquer referências sobre o problema dos transportes para S. Jacinto, pese embora me tenham sido posteriormente prestados alguns esclarecimentos ".

Dado o adiantado da hora, o Presidente deu por encerrada a presente reunião, registando, com agrado, o facto de se ter registado uma comparência de membros desta Assembleia em cerca de 90% do seu total.

Eram o.45 horas do dia 22.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, e que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos legais.